



Número: **0800179-98.2020.8.20.5131**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de São Miguel**

Última distribuição : **04/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **DPVAT**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RAIMUNDA FERNANDES LEITE BEZERRA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE)		GILZA DUARTE FEITOSA (ADVOGADO)	
C. F. L. B. (AUTOR)		GILZA DUARTE FEITOSA (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53047535	04/02/2020 16:46	Petição Inicial	Petição Inicial
53047870	04/02/2020 16:46	01 INICIAL	Outros documentos
53047871	04/02/2020 16:46	02 PROC E DECL	Procuração
53047873	04/02/2020 16:46	03 COMRPOV ENDEREÇO	Documento de Comprovação
53047874	04/02/2020 16:46	03 DOC DA AUTORA MENOR118	Documento de Identificação
53047875	04/02/2020 16:46	04 DOC DA GENITORA 119-1-1	Documento de Identificação
53047877	04/02/2020 16:46	05 BO E SINISTRO120	Outros documentos
53047878	04/02/2020 16:46	05.1DOCS- HIPOSSUFICIENCIA	Documento de Comprovação
53048580	04/02/2020 16:46	06 BOLETIM DE URGENCIA 121-2	Laudo de Acidente de Trânsito
53068661	11/02/2020 15:45	Decisão	Decisão

PETIÇÃO INICIAL





GILZA DUARTE
Advogada

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE
DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO
MIGUEL/RN.**

**AÇÃO DE COBRANÇA DPVAT
RITO ORDINÁRIO**

CATARINA FRANCISCA LEITE BEZERRA,
brasileira, solteira, menor, **CPF nº 713.342.664-17** neste ato
assistida por sua genitora a **Sr^a. RAIMUNDA FERNANDES
LEITE BEZERRA**, brasileira, casada, agricultora, inscrita no
CPF nº **009.119.374-55**, ambas residentes e domiciliadas no
Sítio Rufino, 06, zona rural, Formoso, Venha Ver/RN., CEP
Nº.59925-000, através de sua advogada devidamente habilitada,
com Instrumento Procuratório em apenso, vem mui
respeitosamente a presença de Vossa Excelência interpor

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA-
SEGURO DPVAT,**

Rua Camilo Brasiliense, 365, Centro, Limoeiro do Norte/Ce. CEP Nº.62.930-000. Telefones:0XX88-
3423-2347 ou 9.99280225 E-mail:gilzaduarte@hotmail.com

Página 1





GILZA DUARTE

Advogada

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ Nº.09.248.608/0001-04, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, **localizada à Avenida Senador Dantas, nº 74 – 15º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP Nº 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:**

PRELIMINARES:

Requer o benefício da Justiça Gratuita por ser pessoa pobre na forma da lei onde faz juntada de documentos que comprovam a **impossibilidade de arcar, sem o seu prejuízo ou de sua família com as custas e despesas do processo onde deverá ser apreciado por este Nobre Julgador.**

Sob minha responsabilidade pessoal, esta causídica, **DECLARA** para os devidos fins e junto a esta vara, serem autênticos e verdadeiros todos os documentos e cópias juntados a inicial do requerente e que os mesmos estão em conformidade com os originais, para fins do art. 425, IV do CPC.

I-DOS FATOS

“No dia 30 de setembro de 2018, por volta das 12hs00min., o genitor da menor o Sr. PEDRO PAULO BEZERRA veio até essa delegacia de polícia para comunicar que na data, dia e hora supracitada sua filha sofreu um acidente de transito; Que sua filha trafegava na garupa de

Rua Camilo Brasiliense, 365, Centro, Limoeiro do Norte/Ce. CEP Nº.62.930-000. Telefones:0XX88-3423-2347 ou 9.99280225 E-mail:gilzaduarte@hotmail.com

Página 2





GILZA DUARTE

Advogada

uma motocicleta quando o condutor passou por dentro de um buraco e perdeu o controle da moto vindo os dois a caírem ao solo; Que o nome da sua filha é CATARINA FRANCISCA LEITE BEZERRA (já qualificada como vítima) Que o nome do condutor da motocicleta é FRANCIVALDO LEITE DA SILVA (já qualificado como testemunha) Que sua filha foi socorrida por populares para o Hospital da cidade de São Miguel/RN-Hospital Municipal Áurea Maia de Figueiredo; Que a filha do declarante teve como seu atendente o médico Uiatan O. Paiva – CRM 3875; Que a filha do declarante compareceu ao Hospital na data de 30/09/2018 aproximadamente às 12hs55min; Que as características da motocicleta são as seguintes, HONDA POP 100, ANO-MOD 2014, COR VERMELHA, PLACA-PMK/9408; CHASSI:49072; QUE este Boletim de Ocorrência está sendo registrado com a finalidade do Seguro DPVAT.”

Em decorrência do acidente, a autora sofreu trauma na hemiface esquerdo e ombro esquerdo, com sequelas permanentes que lhe causam invalidez.

Após o período de internação, a Autora requereu junto à empresa Rê o pagamento do seguro DPVAT, **SINISTRO de Nº.3190025468**, visto que sua situação enquadrava-se nas situações previstas nas hipóteses de concessão do pagamento deste seguro, sendo seu pedido de **indenização negada**.

Assim, em se constatando, que as sequelas ocorram em decorrência de acidente de trânsito, tem a parte autora o direito ao recebimento da indenização, no valor de

Rua Camilo Brasiliense, 365, Centro, Limoeiro do Norte/Ce. CEP Nº.62.930-000. Telefones:0XX88-3423-2347 ou 9.99280225 E-mail:gilzaduarte@hotmail.com

Página 3





GILZA DUARTE

Advogada

R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), tudo acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

II-DO DIREITO

A demanda ora proposta a apreciação do Poder Judiciário há muito se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça- STJ. A apresentação autoral encontra-se amparada na Lei 6.194/74 e ar. 7º da Lei. 8441/92.

De fato, a referida Lei n. 6194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), em seu art. 3º, garante o pagamento do seguro aquelas pessoas que venham a ficar com debilidade permanente, em decorrência de acidente de trânsito.

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

Rua Camilo Brasiliense, 365, Centro, Limoeiro do Norte/Ce. CEP Nº.62.930-000. Telefones:0XX88-3423-2347 ou 9.99280225 E-mail:gilzaduarte@hotmail.com

Página 4





GILZA DUARTE

Advogada

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

**PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA
- DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE
OCORRÊNCIA - NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE
DEMONSTRADO.**

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”
...

1-Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.





GILZA DUARTE

Advogada

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso).

CIVIL. ATROPELAMENTO, DEBILIDADE PERMANENTE. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. 1- PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO INDENTIFICADO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIA, TÃO SOMENTE, A PROVA E DO DANO DELE DECORRENTE. 2- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, SENTENÇA MANTIDA.

Rua Camilo Brasiliense, 365, Centro, Limoeiro do Norte/Ce. CEP Nº.62.930-000. Telefones:0XX88-3423-2347 ou 9.99280225 E-mail:gilzaduarte@hotmail.com

Página 6





GILZA DUARTE

Advogada

DECISÃO

CONHECER. IMPROVER O RECURSO. Classe do Processo: APELAÇÃO CIVIL NO JUIZADO ESPECIAL. 20030110081655 ACJ. DF.

Registro de acórdão número 195640. Data do julgamento: 22.06.2004, órgão Julgador: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F Relator LEILA CRISTINA GARBIN ARLANCH. Publicação do DJU: 04.08.200 pág: 57 (até 31.12.1993 na seção 2, a partir de 01.01.1994 na Seção 3).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24/04/2008. Mantendo a multa fixada pelo juízo a quo. Os embargos de declaração foram, corretamente, considerados protelatórios, visto que a sentença proferida em primeira instância é clara, tendo fixado pelo juízo a quo. Os embargos de declaração foram, corretamente, considerados protelatórios, visto que a sentença proferida em primeira instância é clara, tendo fixado o prazo de quinze dias, para a satisfação voluntária da decisão, sob pena de incidência da multa, o prazo de quinze dias, para a satisfação voluntária da decisão, sob pena de incidência da multa, o prazo de quinze dias. Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento para o Juizado Especial Civil. Afasta-se o argumento de que inexistem provas da alegada invalidez.

Rua Camilo Brasiliense, 365, Centro, Limociro do Norte/Ce. CEP Nº.62.930-000. Telefones:0XX88-3423-2347 ou 9.99280225 E-mail:gilzaduarte@hotmail.com

Página 7





GILZA DUARTE

Advogada

III-DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Qualquer seguradora que integre o convívio alusivo ao DPVAT possui legitimidade para segurar no polo passivo da ação judicial, sendo irrelevante o fato de o pagamento parcial ter sido implementado por seguradora diversa, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL SEGURO OBRIGATORIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO. SEGURADORA LIDER. IMPOSSIBILIDADE. CARENÇA DE AÇÃO. VERBA HONORÁRIA. Substituição processual: a escolha da seguradora com quem vai litigar a vítima ou beneficiário do seguro DPVAT pertence a ela tão semente, não sendo oponível a resolução do CNSP que criou a entidade líder das seguradoras. Preliminar de ilegitimidade passiva afastada. (...) (apelação Cível nº 70028375475, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator Marques Ribeiro Filho, Julgado em 11/03/2009).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Seguros. INDENIZAÇÃO. DPVAT. SUBSTITUIÇÃO POLO PASSIVO. SEGURADORA LIDER. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. EXTINÇÃO. 1 No caso em exame, revela ponderar que qualquer seguradora pertinente ao consórcio é parte legítima para figurar no polo passivo da presente demanda, uma vez que tem o dever jurídico de responder pelo pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT, pois há comunhão de seguradoras que gerencia a distribuição dos fundos destinados ao pagamento do referido seguro. 2. Assim,

Rua Camilo Brasiense, 365, Centro, Limoeiro do Norte/Ce. CEP Nº 62.930-000. Telefones: 0XX88-3423-2347 ou 9.99280225 E-mail: gilzaduarte@hotmail.com

Página 8





GILZA DUARTE

Advogada

descabe a substituição do polo passivo da presente demanda da decorrente pela Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. 3. Dessa forma, como a execução foi ajuizada contra a MBM Seguradora S/A, esta teria legitimidade para propor a execução de incompetência, e não a Seguradora Líder. Negado seguimento ao agravo de instrumento. (Agravo de instrumento N° 7002750588. Quinta Câmara Cível. Tribunal de Justiça de RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 15/12/2008).

Desta feita resta mais que comprovado que qualquer seguradora que integre o convênio alusivo ao DPVAT possui legitimidade para figurar no polo passivo.

A demanda ora proposta a apreciação do Poder Judiciário há muito se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça- STJ. A apresentação autoral encontra-se amparada na Lei 6.194/74 e ar. 7° da Lei. 8441/92.

De fato, a referida Lei n. 6194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), EM SEU ART. 3°, garante o pagamento do seguro aquelas pessoas que venham a ficar com debilidade permanente, em decorrência de acidente de trânsito.

CIVIL. ATROPELAMENTO, DEBILIDADE PERMANENTE. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. 1- PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO

Rua Camilo Brasiliense, 365, Centro, Limoeiro do Norte/Ce. CEP N°.62.930-000. Telefones:0XX88-3423-2347 ou 9.99280225 E-mail:gilzaduarte@hotmail.com

Página 9





GILZA DUARTE

Advogada

INDENTIFICADO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIA, TÃO SOMENTE, A PROVA E DO DANO DELE DECORRENTE. 2- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, SENTENÇA MANTIDA.

DECISÃO

CONHECER. IMPROVER O RECURSO. Classe do Processo: APELAÇÃO CIVIL NO JUIZADO ESPECIAL. 20030110081655 ACJ. DF.

Registro de acórdão número 195640. Data do julgamento: 22.06.2004, órgão Julgador: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F Relator LEILA CRISTINA GARBIN ARLANCH. Publicação do DJU: 04.08.200 pag: 57 (até 31.12.1993 na seção 2, a partir de 01.01.1994 na Seção 3).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24/04/2008. Mantendo a multa fixada pelo juízo a quo. Os embargos de declaração foram, corretamente, considerados protelatórios, visto que a sentença proferida em primeira instância é clara, tendo fixado pelo juízo a quo. Os embargos de declaração foram, corretamente, considerados protelatórios, visto que a sentença proferida em primeira instância é clara, tendo fixado o prazo de quinze dias,

Rua Camilo Brasiliense, 365, Centro, Limoeiro do Norte/Ce. CEP Nº.62.930-000. Telefones:0XX88-3423-2347 ou 9.99280225 E-mail:gilzaduarte@hotmail.com

Página 10





GILZA DUARTE

Advogada

para a satisfação voluntária da decisão, sob pena de incidência da multa, o prazo de quinze dias, para a satisfação voluntária da decisão, sob pena de incidência da multa, o prazo de quinze dias. Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento para o Juizado Especial Cível. Afasta-se os argumentos de que inexistem provas da alegada invalidez. Já que o DML não faz mais laudos DPVAT. Considera-se legítimo o laudo pericial apresentado pela autora, como meio de comprovar os danos sofridos em decorrência do acidente. O documento de folha 16 é inequívoco em afirmar a existência de invalidez permanente em função do acidente de trânsito sofrido. Não há de cogitar graduação de invalidez. Tal entendimento é unânime nas turmas Recursais desde a edição da Súmula 14, que pacificou as lides dessa natureza. Uma vez comprovada a invalidez permanente pela aplicação da súmula supracitada, faz-se justo o pagamento do benefício referente ao seguro DPVAT em seu valor máximo. A medida provisória 340, posteriormente transformada na Lei 11.482/07, entrou em vigor somente no dia 29/12/2006. O sinistro ocorreu em 05/05/2005, logo sob a égide da Lei 6.194/74. Que em seu art.3., estipula o quantum indenizado em 40 salários mínimos. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Recurso Cível Nº.71001683879, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leo Pistrowski, julgado em 02/07/2008).

Órgão:1ª. Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Classe: ACJ- Apelação Cível no Juizado Especial.

Nº. Processo:25008.01.1.122749-2





GILZA DUARTE

Advogada

Apelantes: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A
E SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO
DPVAT S/A

Apelado: APARECIDO BELO DA SILVA

Relatora Juíza:

EMENTA CIVIL INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO PERMANENTE. DISTINÇÃO DE GRAU DE INCAPACIDADE. PREVALENCIA DA LEI EM FACE DE RECEBIMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO. MULTA DO ART.457 J, CPC 15 DIAS DO TRANSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL, GARANTIA DOS DIREITOS A AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIA. ART. 5º. LV, CF. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1-Se contam dos autos as provas documentais necessárias à responsabilização das partes requeridas, ora recorrentes, pertinentes à ocorrência do acidente de trânsito e a existência de lesão permanente, não há que se falar em complexidade da matéria por necessidade de realização de prova pericial formal e afastar a competência do Juizado Especial.

IV-DA NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO

A pretensão da autora não está prescrita, eis que o inciso IX do parágrafo 3º do art.256 do Código Civil, dita que a prescrição é de 03 (três) anos.

Rua Camilo Brasiliense, 365, Centro, Limoeiro do Norte/Ce. CEP Nº.62.930-000. Telefones:0XX88-3423-2347 ou 9.99280225 E-mail:gilzaduarte@hotmail.com

Página 12





GILZA DUARTE **Advogada**

Então, não há como alegar-se a ocorrência, pela aplicação do artigo 256, paragrafo 3º, IX do Código Civil Brasileiro.

V-DOS PEDIDOS

Diante do exposto, e com fulcro na CF/88 e na legislação de regência, bem como nos princípios gerais do direito, requer a V. Exa. o seguinte:

a-A citação da empresa ré no endereço mencionado para, querendo, responder a presente por ocasião da audiência de conciliação/instrução a ser designada por esse juízo.

b-Em caso de negativa de conciliação, requer o julgamento antecipado da lide, ante a desnecessidade de produção de prova em audiência (Art. 330, inciso I, do CPC).

c-A condenação da ré ao pagamento da indenização (seguro DPVAT) no valor de R\$ **13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso.

d-A concessão dos benefícios da **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter o(a) autor(a), condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

e-A realização de perícia médica, se assim entender necessário, com a finalidade de comprovar a invalidez do (a) autor (a).

f-A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos





GILZA DUARTE

Advogada

honorários advocatícios no importe 20% sobre o valor da condenação;


Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, inclusive através do depoimento autoral e de testemunhas, que comparecerão a Audiência independente de intimação.

Dá-se a causa o valor de R\$13.500,00 (**treze mil e quinhentos reais**).

Nestes Termos.

Espera Deferimento.

Limoeiro do Norte/Ce., 03 de fevereiro de 2020.


GILZA DUARTE FEITOSA
OAB/CE - 14.249
OAB/RN- 1079





GILZA DUARTE *Advogada*

QUESITOS:

1. As sequelas do(a) autor(a) foram originadas por acidente de trânsito de moto ou carro?
2. Pode o Sr. Perito precisar a data da ocorrência do evento?
3. Resultaram do acidente perda ou inutilização de membro, sentido ou função?
4. Qual a debilidade ou deformidade apresentada pela autora, originada pelo acidente?
5. Se V.Sa. tivesse que graduar a lesão apresentada pelo autor, em qual destes graus o enquadraria: 25%, 50%, 75% ou 100%.
6. Caso necessário, acrescentes outras informações importantes para o contexto da demanda.



GILZA DUARTE

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTES:

NOME: Catarina Francisca Leite Bezerra, brasileira, solteira, relativamente incapaz, inscrita no CPF nº 713.349.664-17, neste ato assistida por sua genitora RAIMUNDA FERNANDES LEITE BEZERRA	
NACIONALIDADE: Brasileira	ESTADO CIVIL: Casada
PROFISSÃO: Agricultriceira	CPF Nº: 009.319.374.55
ENDEREÇO: ambas residem no Sdio Rufino	Nº: 06
BAIRRO: Famoso	CIDADE: Venha Ven / AL

OUTORGADA:

GILZA DUARTE FEITOSA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE sob o número 14.249 com Escritório Profissional a Rua Camilo Brasilense, 365, Centro, Limoeiro do Norte-Ceará, fone (0XX88) 3-4232347 ou 9-99280225. Email: gilzaduarte@hotmail.com.

PODERES: o(a) Outorgante confere ao (a) outorgado(a) Amplos e ilimitados poderes de representação para o exercício do procuratório judicial extrajudicial, atinentes a cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal ou fora dele, podendo ainda variar de ações, receber intimações, citações, receber precatório (s) e RPV's, desistir, transigir, confessar, renunciar ao direito sobre o que versa a ação, receber importâncias ou valores, assinar recibos, dar e receber quitação, firmar compromissos, reconhecer e atestar atestado de hipossuficiência, representar o/a (s) outorgante (s) nas audiências de conciliação, instrução e julgamento, agindo em conjunto ou separadamente, produzir provas ou justificações, requerer e concordar com cálculos e avaliações, ratificar desistências e praticar, enfim todos os atos necessários que visem a boa e fiel desincumbência dos deveres e prerrogativas advocatícias de defesa dos direitos subjetivos e interesses jurídicos do/a (s) outorgante(s), para o que são conferidos todos os poderes, ainda que aqui não declarados expressamente, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Limoeiro do Norte/Ce., 03 de fevereiro de 2020.

x Raimunda Fernandes Leite Bezerra
OUTORGANTE



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Catarina Francisca Leite Bezerra, brasileira, solteira, relativamente incapaz, neste ato assistida por sua genitora RAISMUNDA FERNANDES LEITE BEZERRA, ambas residentes e domiciliadas no Sítio Rufino, Ob, Fomeze, Venha Ver / RN.

DECLARA(M) que é (são) pobre(s) na forma da Lei, pedindo os benefícios da Justiça Gratuita, com amparo no art. 2º, § único, da Lei Nº. 1060/50, e art. 5.º, LXXIV, da Constituição Federal, pelo que firma(m) a presente declaração na forma do art. 1.º, da Lei Nº. 7.115/85, sob pena da Lei para os devidos fins que é pobre na forma da lei, não podendo arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e da família.

Limoeiro do Norte/Ce., 03 de fevereiro de 2020.

* Raismunda Fernandes Leite Bezerra
DECLARANTE



Imprimir Segunda Via de Conta

NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA
DO RIO GRANDE DO NORTE
RUA MERMOZ, 150, BALDO,
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE
CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0



www.cosern.com.br

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
Ligações Gratuitas:
-TELEATENDIMENTO COSERN: 116
-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
-Ouvidoria 0800 084 0404
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte
ARSEP: 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de telefones fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL 167
Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE RAIMUNDA FERNANDES LEITE BEZERRA CPF: 009.119.374-55 NIS: 16063274066	DATA DE VENCIMENTO 29/01/2020 TOTAL A PAGAR (R\$) 23,09	DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 16/01/2020 DATA DA APRESENTAÇÃO 22/01/2020 NÚMERO DA NOTA FISCAL 036143191 Série: U	CONTA CONTRATO 007006708239 Nº DO CLIENTE 3010617297 Nº DA INSTALAÇÃO 0001605242
	ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA SI RUFINO 6 FORMOSO/AREA RURAL 59925-000 VENHA VER RN		
CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - BAIXA RENDA COM NIS Monofásico			
RESERVADO AO FISCO 62B8.85FB.1F68.9455.91C6.DC8F.848E.00BA			

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo-TUSD até 30 kWh	30,00	0,10439709	3,13
Consumo-TUSD superior a 30 até 100 kWh	31,00	0,17896645	5,54
Consumo-TE até 30 kWh	30,00	0,11372166	3,41
Consumo-TE superior a 30 até 100 kWh	31,00	0,19495143	6,04
Acréscimo Bandeira AMARELA			0,49
ICMS-Parcela Subvencionada			3,98
Multa por atraso-NF 034673317 - 17/12/19			0,49
Juros por atraso-NF 034673317 - 17/12/19			0,01
TOTAL DA FATURA			23,09

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			
ICMS		PIS	
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	%
18,61	18,00	3,34	18,61

COFINS			
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	%
18,61	0,85	0,15	18,61

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	%
18,61	3,94	0,73	18,61

Tarifas Aplicadas		HISTÓRICO DO CONSUMO	
Consumo-TUSD até 30 kWh	0,08060500	JAN 20	61
Consumo-TUSD superior a 30 até 100 kWh	0,13818000	DEZ 19	66
Consumo-TE até 30 kWh	0,08780450	NOV 19	63
Consumo-TE superior a 30 até 100 kWh	0,15052200	OUT 19	70
		SET 19	62
		AGO 19	56
		JUL 19	60
		JUN 19	52
		MAI 19	47
		ABR 19	44
		MAR 19	49
		FEV 19	55
		JAN 19	57

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
R\$	%
Geração de Energia	7,14 38,37
Transmissão	0,76 4,08
Distribuição (Cosern)	4,80 25,79
Encargos Setoriais	0,40 2,15
Tributos	4,22 22,68
Perdas de Energia	1,29 6,93
TOTAL	18,61 100

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL							
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh
00000002131234719	CAT	17/12/2019 4.797,00	16/01/2020 4.858,00	30	1,00000	0,00	61,00

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 13/02/2020

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
DIC-No.de horas sem Energia	SÃO MIGUEL OESTE	0,00	10,44	20,88	41,76
FIC-No.de vezes sem Energia		0,00	7,59	15,19	30,39
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		0,00	5,58	0,00	0,00
DICRI-Duração de interrupção em dia crítico					Limite DICRI: 16,60
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 6,69					
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.					

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais perto de você! ag correios venturosa: avenida ministro aluizio alves, centro / mercadinho soares: rua amadeu jose de queiroz 114, centro. Lista completa em www.cosern.com.br.
O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.
Na data da leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em www.aneel.gov.br.
O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.
Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês.
Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei N° 10.438 de 26/04/02 - R\$ 22,38.
O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
007006708239	01/2020	23,09	29/01/2020	Evite dobrar, perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitora ótica.

838200000002 230900384071 006708239209 013298266034



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE PERICIA
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Catarina Francisca Leite Bezerra

POLEGAR DIREITO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

04/08/2017

003.867.510

CATARINA FRANCISCA LEITE BEZERRA

PEDRO PAULO BEZERRA
RAIMUNDA FERNANDES LEITE BEZERRA

15/11/2002

F-171 RG-11418

CERT. DE NASCIMENTO L-72
SAO MIGUEL RN-2 CARTORIO

1a. VIA

713.342.664-17

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

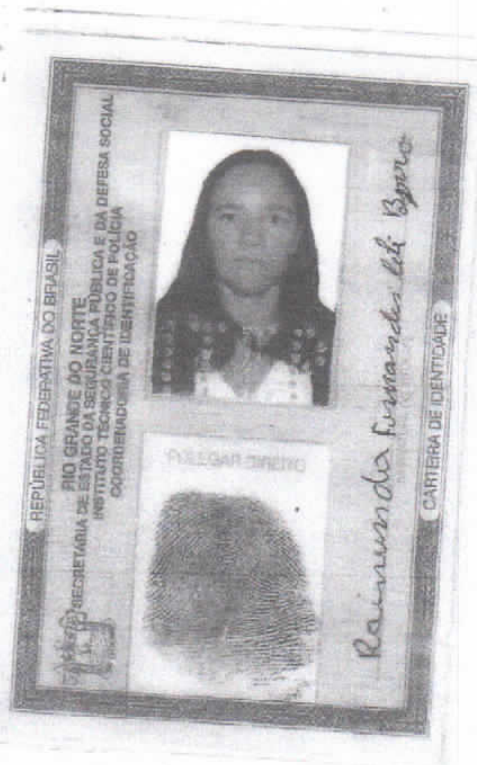
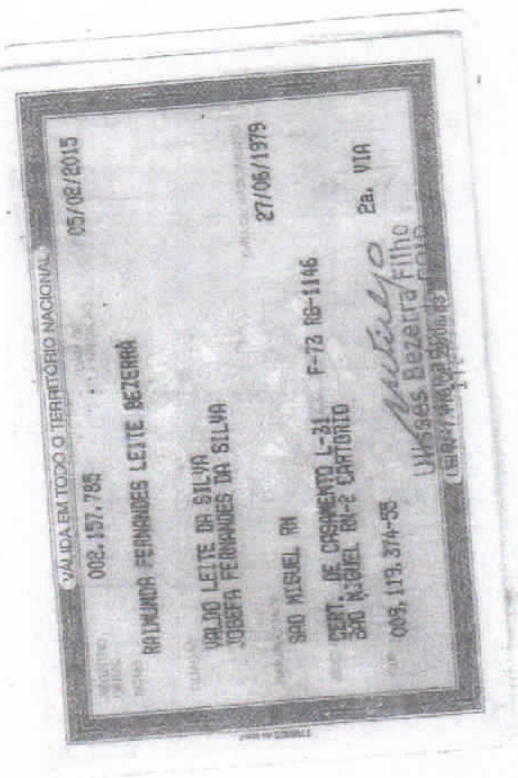
Número
713.342.664-17

Nome
CATARINA FRANCISCA LEITE BEZERRA

Nascimento
15/11/2002

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO







Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL
Endereço: Rua Maria Leodora, S/N, Centro, SÃO MIGUEL

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2018128000575

1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.2 Data de Expedição: 05/12/2018 09:15:36

1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 30/09/2018 12:00:00

2.3 Fato: Consumado

2.2 Autoria: Conhecida

2.4 Flagrante: Não

2.5 Meio(s) empregado(s): Veículo

2.6 Tipo do local: Rural

2.7 Logradouro: SÍTIO SAMANAU

2.9 CEP:

2.8 Número: 000000000

2.10 Complemento:

2.11 Ponto de Referência: PROXIMO AO FORMOSO DOS ROBERTO

2.12 Bairro: ZONA RURAL - SÍTIOS E FAZENDAS

2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.13 Cidade: VENHA-VER

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: PEDRO PAULO BEZERRA

3.2 Estado civil: Casado(a)

3.3 Nome Social:

3.4 Pai: JOSE PAULO BEZERRA

3.5 Etnia: Branca

3.6 Mãe: FRANCISCA MARIA DE JESUS

3.7 Sexo: MASCULINO

3.8 Orientação Sexual:

3.9 CPF: 29051805870

3.10 Identidade de Gênero:

3.11 Nacionalidade:

3.12 Data de Nascimento: 01/08/1977

3.13 Profissão: AGRICULTOR(A)

3.14 RG: 001660367 - ITEP/RN

3.15 Telefone(s):

3.16 Passaporte:

3.17 Número: S/N

3.18 Naturalidade: SÃO MIGUEL RN

3.18 Bairro: ZONA RURAL

3.20 E-Mail:

3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3.22 Logradouro: SÍTIO FORMOSO

3.23 Cidade: VENHA-VER

3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 Nome Completo: CATARINA FRANCISCA LEITE BEZERRA

4.1.2 Estado civil: Solteiro(a)

4.1.3 Nome Social:

4.1.4 Pai: PEDRO PAULO BEZERRA

4.1.5 Mãe: RAIMUNDA FERNANDES LEITE BEZERRA

4.1.6 Identidade de Gênero:

4.1.7 Orientação Sexual:

4.1.8 Etnia: Branca

4.1.9 Sexo: FEMININO

4.1.10 Data de Nascimento: 15/11/2002

4.1.11 CPF: 71334266417

4.1.12 RG: 003867510

4.1.13 Nacionalidade:

4.1.14 Profissão: AGRICULTOR(A)

4.1.15 Logradouro: SÍTIO FORMOSO-A PEDRO DE LENINHO

4.1.16 Passaporte:

4.1.17 Número: S/N

4.1.18 E-Mail:

4.1.19 Bairro: ZONA RURAL

4.1.20 CEP:

4.1.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

4.1.21 Cidade: VENHA-VER

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S)

(NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S)

6.1 Nome Completo: FRANCINALDO LEITE DA SILVA

6.2 Nome Social:

6.4 Etnia: Branca

6.6 Mãe: LINA LEITE DA SILVA

6.8 Sexo: MASCULINO

6.10 CPF: 70148112407

6.12 Nacionalidade:

6.14 Passaporte:

6.16 Logradouro: SÍTIO FORMOSO DOS ROBERTO

6.17 Número: S/N

6.19 Bairro: ZONA RURAL

6.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

6.2 Nome Completo: JOSE NEUDO ALVES FERREIRA

6.2 Nome Social:

6.4 Etnia: Branca

6.6 Mãe: MARIA IRANIR ALVES DE LIMA

6.8 Sexo: MASCULINO

6.10 CPF: 00912621435

6.12 Nacionalidade:

6.14 Passaporte:

6.16 Logradouro: AMADEU JOSE DE QUEIROZ

6.17 Número: 221

6.19 Bairro: CENTRO

6.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1 Segurado: Não

7.3 Chassi: *****49072

7.5 Placa: PMK9408

7.7 Marca: HONDA

7.9 Ano do Modelo: 2014

7.1 Cor do veículo: VERMELHA

7.3 Nota Fiscal:

7.5 Nome do proprietário: MARIA NATALIA DE SOUZA

7.7 Nome do condutor: FRANCINALDO LEITE D SILVA

7.1.2 Seguradora:

7.1.4 Renavam:

7.1.6 Estado:

7.1.8 Modelo: POP100

7.1.10 Ano de Fabricação: 2014

7.1.12 Tipo do veículo: MOTOCICLETA

7.1.14 Número do Motor:

7.1.16 Vínculo com a Ocorrência:

7.1.18 CEP:

7.1.20 Cidade: VENHA-VER



Assinado eletronicamente por: GILZA DUARTE FEITOSA - 04/02/2020 16:45:58

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20020416455817300000051152864>

Número do documento: 20020416455817300000051152864

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

O DECLARANTE VEIO ATE A ESSA DELEGACIA DE POLICIA PARA COMUNICA QUE NA DATA, DIA E HORA SUPRACITADA SUA FILHA SOFREU UM ACIDENTE DE TRANSITO; QUE SUA FILHA TRAFEGAVA NA GARUPA DE UMA MOTOCICLETA QUANDO O CONDUTOR PASSOU POR DENTRO DE UM BURACO E PERDEU O CONTROLE DA MOTO VINDO OS DOIS A CAIREM AO SOLO; QUE O NOME DA SUA FILHA É CATARINA FRANCISCA LEITE BEZERRA(JÁ QUALIFICADA COMO VÍTIMA); QUE O NOME DO CONDUTOR DA MOTOCICLETA É FRANCINALDO LEITE DA SILVA (JÁ QUALIFICADA COMO TESTEMUNHA); QUE SUA FILHA FOI SOCORRIDA POR POPULARES PARA O HOSPITAL DA CIDADE DE SÃO MIGUEL- HOSPITAL MUNICIPAL ÁUREA MAIA DE FIGUEIREDO; QUE A FILHA DO DECLARANTE TEVE COMO SEU ATENDENTE O MEDICO FRANCISCO UATAN O. PAIVA - CRM 3875 ;QUE A FILHA DO DECLARANTE COMPARECEU AO HOSPITAL NA DATA DE 30/09/2018 APROXIMADAMENTE ÀS 12 HS 55 MIN. .QUE ESSE BOLETIM TEM POR OBJETIVO O SEGURO DPVAT.

9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 05/12/2018 09:15:36


Policial


Interessado



Polegar direito

Atendimento: 1956809 - RAIMUNDO EDSON RODRIGUES MARINHEIRO

Impresso por: 1956809 - RAIMUNDO EDSON RODRIGUES MARINHEIRO em 05/12/2018 09:15:46

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA.

TESTEMUNHA

X Dani Mauro Alder Ferreira

FRANCINALDO LEITE DA SILVA



SINISTRO ~~3190025468~~ - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA CATARINA FRANCISCA LEITE BEZERRA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO TERRA DO SOL

ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

BENEFICIÁRIO CATARINA FRANCISCA LEITE BEZERRA

CPF/CNPJ: 71334266417

Posição em 14-03-2019 08:27:37

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise do seu processo.



Membre no seu novo companheiro os perigos que o cercam
trabalho.
Cada acidente é uma fígão que deve ser apreciada, para
tar maiores desgraças.
Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser penqui-
da, para evitar a sua repetição.
Se você for acidentado, procure logo o socorro médico
requado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" con-
tram para o agravamento de sua lesão.
Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de
electricidade.
Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de
um acidente, amanhã será tarde demais.
As máquinas não respeitam ninguém, mas você deve res-
peitá-las.
Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de
seus mestres e chefes.
Conheça sempre as regras de segurança da seção onde vo-
cê trabalha.
Conversa e discussão no trabalho predispoem a acidentes
pela distração.
Leia e refleta sempre os ensinamentos contidos nos carta-
zes e avisos sobre prevenção de acidentes.
Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fa-
zem parte do seu uniforme de trabalho.
Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas em
devidos lugares.
Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou identifí-
la.
Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use
equipamentos de proteção adequados a seu serviço.
Conheça o manuseio dos extintores e armas dispostas de
combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você
pode ter necessidade de usá-las a qualquer dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

P. Municipal

Número 06346

Série 00017-RV



Raimundo Fernando B. B. B.
ASSINATURA DO PORTADOR

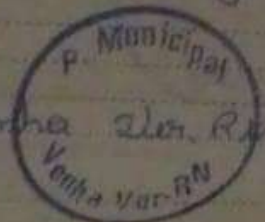


QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Raimunda Fernandes Leite
Bezerra
 Loc. Nasc. 21/10/21 Est. RN Data 27.06.1979
 Filiação Valdo Leite da Silva e de
Josefa Fernandes da Silva
 Doc. n° Cert. Cas. n° 1.146; Fls. 73V; IV: 031-B. 20
ESTRANGEIROS Livro de São Miguel - RN

Chegada ao Brasil em _____ Doc. Ident. n° _____
 Esp. em _____ Estado _____
 Obs. _____
 Data Emissão 21.12.99 DRT 21/10/21 RN

João Gonçalves de Sá
 IDENTIFICADOR
 CPF. 825.800.884-74



ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
 (Com relação nome, est. civil e data nasc.)



CAIXA Loterias

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

NTB-342736204-5

28/01/2019

HORA DE 07:30:15

LOT. 17.022880-8
LOCALIDADE: VENHA-VER
AG. VINCULADA: 4887

TERM 048842

CONTROLE: 000009485

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
BENEFÍCIO SOCIAL

CAIXA Loterias

NTS : 162.60703.58.9

NOME : FRANCINALDO LEITE DA SILVA

REFER.	BENEFÍCIO
09/2019	BOLSA FAMILIA/JOVEM
10/2019	BOLSA FAMILIA
10/2019	BOLSA FAMILIA/JOVEM

VALOR
48,00
121,00
48,00

VALOR TOTAL : 217,00

ESTE RECIBO É VÁLIDO COMO
COMPROVANTE DE PAGAMENTO

PRÓXIMO PAGAMENTO BOLSA FAMILIA PREVISTO A
PARTIR DO DIA 28/11

303-342736204-5

CAIXA Loterias

CAIXA Loterias

CAIXA



Ministério do
Trabalho

Ministério do Trabalho
SPPE - Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Protocolo Brasileiro - 1ª Via

Órgão Emissor **PM - Pau dos Ferros**

Número do Protocolo:

2019/RN003501836

Solicitante

Catarina Francisca Leite Bezerra

QUALIFICAÇÃO CIVIL:

Nome: **Catarina Francisca Leite Bezerra**

Nome da Mãe: **Raimunda Fernandes Leite Bezerra**

Nome do Pai: **Pedro Paulo Bezerra**

Nascimento: **15/11/2002**

Sexo: **Feminino**

Naturalidade: **São Miguel - RN**

Estado Civil: **Solteiro**

DOCUMENTOS:

Documento Apresentado: **R.G. - 003867510 - 04/05/2017 - SESED - RN**

Modalidade:

LEI N° 9.049 DE 18 DE MAIO DE 1995:

CPF: 713.342.684-17

DADOS DO ATENDIMENTO:

Atendente: **Antonia Vanessa Lopes da Costa**

Abertura: **30/10/2019**

Entrega Prevista: **30/11/2019**

SOLICITANTE:

- 1 - Declaro que conferi todos os dados digitados neste protocolo.
- 2 - Estou ciente que a CTPS só poderá ser entregue ao titular.





HOSPITAL CLEODON CARLOS DE ANDRADE

BR 405, Km 03, Bairro Arizanda, Pau dos Ferros RN, Telefax (84) 3351 - 9240

BOLETIM DE URGÊNCIA

15

Nome: CATARINA FRANCISCA LEITE BEZERRA				TEL:		Nº REG: 427315		
Nas 15/11/2002	3-Feminino	Marital	AGRICULTORA	Cert.nasc. <input type="checkbox"/>	Título <input type="checkbox"/>	CPF <input type="checkbox"/>	RG <input type="checkbox"/>	Nº <input type="checkbox"/>
Pai: PEDRO PAULO BZERRA				Mãe: RAIMUNDA FERNANDES LEITE BEZERRA				
Endereço: SÍTIO RUFINO 0				VENHA VER RN				
Responsável: CNS 705 6054 2972 5315				TEL:				
Endereço do Responsável:								

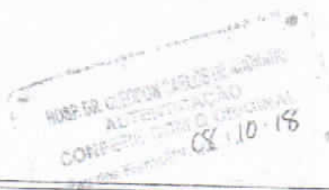
Serviço: Urgência / emergência		Enfermaria:		Leito:	
Admissão: 30/09/2018	Hora admissão: 13:56	Data da Alta:		Hora da Alta:	
Dados Clínicos: PA: mmHg Pulso: Bpm Temp: FR:					
Alega Acidente de Trabalho Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>					

História - Causa eficiente da Lesão (alegada):

PCTE VITIMA DE ATROPELAMENTO, COM TRAUMA NA HEMIFACE DA E OMBRO ESQ.

Lesões ou afecções encontradas

COM O PALPATO + DORNA NO OMBRO, ANTEBRAÇO E PUNHO (E)



DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO:

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO:

13:58

CRM



BOLETIM DE URGÊNCIA

EXAMES COMPLEMENTARES:

RX OMBRO (E) AP + AXILAR

RX COTOVELO (E) AP + P

RX PUNHO (E) AP + P, RX PUNHO (E) P + D

Jr. Danilo L. de Paiva
Ortopedia e Traumatologia
CRM 111.806

CONDUTA:

1) GESSO ANTEROBRACIAL NA M.E.

2) DIPLOIA L + AD, LU

3) DECAVAR LONG + AD, LU

4) RECEITA

5) ENCAMAR DO AMBULATORIAL

Jr. Danilo L. de Paiva
Ortopedia e Traumatologia
CRM 111.806

Médico / Carimbo:

NO DO PACIENTE:

Nº: 301.091.18 hora: _____

Cl. Médica: ☐ Cl. Cirúrgica ☐ Cl. Obstétrica: ☐ UTI Adulto: ☐ Pediatria: ☐
Alta Médica: ☒ Alta a pedido: ☒ Alta a revelia: ☐ Transferência: ☐ Óbito: ☐

Médico / Carimbo:

Jr. Danilo L. de Paiva
Ortopedia e Traumatologia
CRM 111.806



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Prefeitura Municipal de São Miguel
Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel
 CNPJ 13.880.529/0001-99 - Rua Moreira Filho, SN - Maria Manoela.
 Telefax.: (84) 3353-2122 - Cep: 59.920-000
Secretaria Municipal de Saúde.

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

N.º

Nome: Catarine Gonçalves Leite Bezerra Idade: 15 anos
 Pai: Pedro Paulo Bezerra
 Mãe: Rosemário Emmanoel L Bezerra
 Cartão SUS Nº: 205605429725315 Fone: () _____
 Data Nasct: 15/11/02 Cor: B Sexo: ☒ M ☐ F Estado Civil: S
 Naturalidade: São Miguel/RN Profissão: Agricultor RG n.º: 003867.570
 Residência: Sítio Açuado Bairro: 2 Açuado
 Cidade: Venda Nova Data: 30/09/18 Hora Ent: 12:55 hs.

CONDIÇÕES DO PACIENTE A SER ATENDIDO

Aparentemente Bem ☐ C/Hemorragia ☐ Regular ☐ Em Convulsão ☐
 Dispneia ☐ Politraumatizado ☐ Chocado ☐ Agitado ☐
 Comatoso ☐ Outros ☐

Alega Acidente de Trabalho ☐ Sim ☐ Não

História - Como ocorreu o Lesão (Alegado)

Tubo na mão direita do +
devido a queda da moto

Como Ficou - Lesões ou Afectações Encontradas

Sígnos e sintomas

Exames Complementares (Com. De Registro)

Exames a PDF

: 40 x 90 mm

MP: 30

SO: _____

Dr. J. J. Ulisses O. Pinheiro
 Médico
 CPF: 142.013.633-49
 CRM/CE: 5134
 CRM/RN: 3075

PULSO: _____

RESPIRAÇÃO: _____



Dr. Paulo Roberto Duarte

Dr. Paulo Roberto Duarte
CRM/SP: 3875
CRM/GO: 6134
CPF: 112.013.633-49
Médico





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de São Miguel
Rua Miguel Peixoto de Souza, 28, Centro, SÃO MIGUEL - RN - CEP: 59920-000

Processo: 0800179-98.2020.8.20.5131

Parte Autora: REPRESENTANTE/NOTICIANTE: RAIMUNDA FERNANDES LEITE BEZERRA

AUTOR: CATARINA FRANCISCA LEITE BEZERRA

Parte Ré: RÉU: SEGURADORA DPVAT

DECISÃO

Tendo em vista que os pressupostos para a concessão dos benefícios da justiça gratuita, prevista no art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil foram obedecidos, não havendo razão para o indeferimento do pedido, especialmente em razão dos documentos comprobatórios colacionados, DEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita.

Nas ações de cobrança de DPVAT, o juiz deve adotar providências para que o processo tramite com celeridade. Em casos em que dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia e apresentação de defesa, a audiência de conciliação pode ser postergada para momento posterior, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade e à celeridade processuais. Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação.

Ademais, tendo em vista que a parte autora é consumidora hipossuficiente e que suas alegações tem aparência de verdade, satisfazendo os pressupostos do artigo 6, VIII, do CDC, inverte o ônus da prova em favor da mesma, em face do que, caberá ao réu antecipar as despesas com a perícia, resguardado o direito de requerer a devolução do montante em fase de cumprimento de sentença caso seja julgado improcedente o pedido do autor.

PROVIDÊNCIAS:

- 1) CITE-SE o réu para contestar, indicando assistente técnico e apresentando quesitos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial e preclusão dos atos de nomeação de assistente e oferecimento de quesitos;
- 2) INTIME-SE a parte autora para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar quesitos e indicar assistente técnico, se não o fez na petição inicial, sob pena de preclusão;



3) OFICIE-SE o Núcleo de Perícias do TJRN para que apraise data e horário para realização de perícia médica na pessoa da parte autora, de acordo com a disponibilidade, comunicando a este juízo com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, oportunidade em que as partes serão intimadas do nome do perito, local, dia e hora da perícia, podendo, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso;

4) ARBITRO honorários do perito em R\$ 300,00 (trezentos reais), conforme Anexo Único da Resolução nº 063/2009-TJ.

5) FIXO prazo de 20 (vinte) dias para entrega do laudo, caso o processo não seja incluído em mutirão, e desde já apresento os quesitos do juízo: 1- Quais as lesões sofridas pelo autor? 2- As lesões decorreram de acidente de veículo? 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente? 4- Totalmente ou em parte? 5 – Em que percentual? 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica? 7- A incapacidade é temporária ou permanente? 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral ou fisiológica? 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta? 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média(50%), leve (25%) ou residual(10% ou menos)? 5) Após apresentado o laudo, INTIMEM-SE as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 (quinze) dias e informarem se têm interesse em audiência de conciliação, bem como expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais, caso o processo não seja incluído em mutirão.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. A PRESENTE DECISÃO TEM FORÇA DE MANDADO.

SÃO MIGUEL /RN, 5 de fevereiro de 2020

EMANUEL TELINO MONTEIRO

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

